

# CEDI

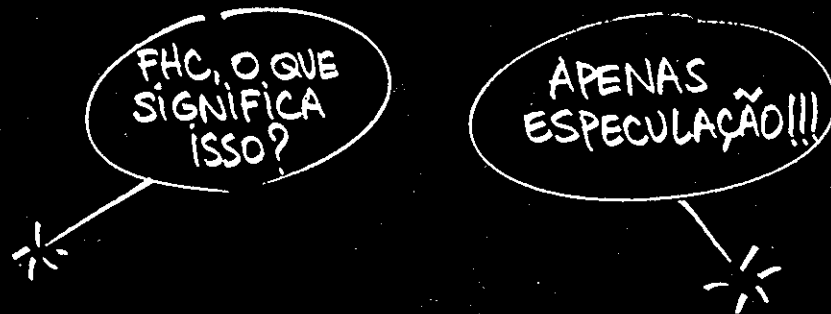
## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Carteira Brasileira Class.: Constituições / Revisão

Data: 23/12/93 Pg.: 07 25

Kacio

### BLECAUTE EM BRASÍLIA:



## Os silvícolas e os espertos da cidade

**Abram Szajman**

Embora a floresta amazônica esteja a léguas de distância da avenida Paulista, onde muitos de nós empresários travamos, na selva de pedra, a dura luta pela sobrevivência de nossas empresas e respectivas categorias econômicas, sinto-me na obrigação de intervir nesta polêmica, que me parece emblemática da dificuldade de inserir o nosso País, política e economicamente, na nova ordem internacional.

Com as vertiginosas transformações mundiais que levaram a economia de mercado ao Leste da Europa, provocaram a formação dos megablocos transnacionais, eliminaram a bipolaridade da guerra fria e possibilitaram até o aperto de mãos entre israelenses e palestinos, o Brasil, que sempre foi visto como um país exótico por quem observa o mundo do lado de cima do Equador, transformou-se num paradoxo absoluto. Tem a maior indústria e o maior mercado da América Latina, mas também os salários mais baixos e a inflação crônica mais alta do mundo. Tem um Estado que lança satélites ao espaço, enquanto deixa apodrecer comida em seus armazéns. Tem um povo miserável e favelizado, concentrado nas grandes cidades da faixa litorânea de seu território e tem igualmente o espaço quase vazio da Amazônia, rico em recursos naturais. Não tem, felizmente, conflitos étnicos e religiosos, mas estarrece o mundo com o assassinato de crianças e índios.

Nessas condições, tornam-se bastante reais as ameaças sobre a nossa soberania na região amazônica. Não são mais apenas as ONGs nacionais e internacionais que agitam as bandeiras da ecologia, da defesa dos chamados "povos da floresta" e dos direitos humanos para justificar pressões sobre o governo brasileiro, que no limite poderiam representar uma intervenção direta na Amazônia. Como consequência do episódio dos índios yanomamis, por muito pouco o Parlamento Europeu não

aprova uma moção recomendando aos governos de países da CEE que aplicassem sanções contra o Brasil, suprimindo projetos de cooperação. Em outras palavras, corremos o risco, por falta de uma definição política sobre o que fazer com o grave problema da Amazônia, de nos vermos isolados e execrados pela comunidade internacional, a exemplo do que ocorreu com a ex-Iugoslávia, com a África do Sul ou com o Iraque antes da guerra do Golfo. Essa seria uma situação de extrema gravidade, que comprometeria todos os esforços feitos para aumentar a participação brasileira no comércio mundial — hoje restrita a ínfimo um por cento —, para atrair capitais externos e investimentos de instituições como o BID e o Banco Mundial.

Não sou um especialista na região amazônica, mas acredito que o bom-senso pode ajudar a encontrar soluções, especialmente quando os setores diretamente envolvidos — governos estaduais e políticos locais, autoridades militares, ecologistas, garimpeiros e indigenistas — se deixam levar por uma discussão emocional e de posições radicais. Na questão da Amazônia não cabem um retrato em branco e preto nem soluções simplistas, pois o problema tem diversas dimensões: a econômica, a social, a ecológica, a antropológica (no que se refere aos indígenas), a diplomática e a militar, por se tratar de uma delicada região de fronteira, conexa, portanto, com o tráfico internacional de drogas.

A questão central da Amazônia, entretanto, parece-me ser esta: enquanto o mundo se preocupa com a preservação da floresta e de sua biodiversidade, por motivos vitais vinculados ao equilíbrio ecológico do planeta, o Brasil necessita também vitalmente desses recursos, incluindo os do subsolo, para alcançar um desenvolvimento sustentado e regionalmente mais equilibrado. Esses interesses não devem e não podem ser contraditórios, muito menos antagônicos. Ou colocados de outra forma: a Amazônia não pode

ser um "santuário" ecológico intocável, com regiões maiores que muitos países da Europa destinadas inteiramente e exclusivamente aos "povos da floresta", nem tampouco pode ser o palco do desmatamento desenfreado, do garimpo predador, da destruição da fauna e da flora, do genocídio de índios e dos conflitos fundiários que custaram a vida de Chico Mendes e de tantos outros, marcados pela impunidade.

Ocorre que, neste aspecto — agressão ao ambiente e impunidade —, a Amazônia não difere de nenhum outro lugar no Brasil. As questões sociais, agravadas pela crise econômica, também são as mesmas. Que diferença existe entre um desempregado que enfrenta a polícia e os fiscais para exercer seu comércio informal nas ruas das cidades e um garimpeiro, disposto a enfrentar a malária, os índios e a selva? Em ambos os casos, a lei da sobrevivência fala mais alto e a repressão pura e simples não resolve.

Com a criação do Ministério da Amazônia Legal e a fusão deste com a pasta do Meio Ambiente, entregue o ministério ampliado nas mãos hábeis do experiente embaixador Rubens Ricupero, o Governo federal dá mostras de vontade política para equacionar o problema da melhor forma. Internamente, com o novo ministério coordenando ações integradas das Forças Armadas e demais órgãos federais juntamente com os governos estaduais. Externamente, sinalizando para os governos dos países desenvolvidos que a questão requer, acima de retóricas, a cooperação concreta da comunidade internacional, em forma de ajuda científica e econômica. Cabe agora à sociedade e às ONGs respaldar esse processo, caso contrário evidenciar-se-á que por trás do verde e dos "povos da floresta" existem "espertos da cidade", querendo pescar em águas turvas.

■ Abram Szajman é presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo